ESTADO DE RONDÔNIA PODER LEGISLATIVO



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE VILHENA PALÁCIO VEREADOR NADIR ERENO GRAEBIN COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

ARTIGOS 43, 49 E 52 DO REGIMENTO INTERNO



PROCESSO LEGISLATIVO Nº 232/2020

PROJETO DE LEI № 5.994/2020

PARECER DA CCJR Nº 1/78 /2020

O Poder Executivo ressaltou que a aquisição dos bens e materiais relacionados na lista integrante do processo é indispensável para o atingimento da meta constitucional na aplicação da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino, prevista no artigo 212 da Constituição Federal.

Por indicar os elementos necessários para a definição orçamentáriofinanceira, a Autoridade Administrativa cumpriu as condições previstas no artigo 167, inciso V, da Constituição Federal, e as normas gerais de direito financeiro, de acordo com a Lei Federal nº 4.320/1964.

Dessa maneira, pela legalidade, constitucionalidade, boa técnica legislativa e relevância administrativa e social na aquisição de equipamentos e materiais permanentes para as Escolas do Ensino Fundamental, a COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO emite Parecer Favorável ao Projeto.

Sala das Comissões, 30 de novembro de 2020.

Vereador Adilsò Relator/CCJR

TOMADA DE VOTO – CCJR

Vereador Adilson **PRESIDENTE**

Vereador Rafael Maziero

Vereador Franca Silva da F **MEMBRO**

M.B.